Maxi educa

HOSPITAL GASPAR VIANNA-PA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA (FHCGV) - PARÁ

ASSISTENTE SOCIAL



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 01/SEPLAD-FHCGV, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026 (CONCURSO PÚBLICO C-223)

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Hospital Gaspar Vianna - PA

Assistente Social

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos 2
Denotação e conotação. Significação das palavras. Semântica 7
Figuras de linguagem; estilística 11
Coesão e coerência 17
Tipologia textual 22
Emprego das classes de palavras 26
Sintaxe da oração e do período 42
Pontuação 48
Concordância verbal e nominal 52
Regência verbal e nominal 58
Estudo da crase 65
Questões 73
Gabarito 85

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Princípio Da Regressão Ou Reversão 2
Lógica Dedutiva, Argumentativa E Quantitativa 6
Lógica Matemática Qualitativa 13
Sequências Lógicas Envolvendo Números, Letras E Figuras; Progressões Aritmética E Geométrica 18
REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTAS 23
Razões Especiais 27
Análise Combinatória E Probabilidade 31
Conjuntos: As Relações De Pertinência, Inclusão E Igualdade; Operações Entre Conjuntos, União, Interseção E Diferença 36
Geometria Plana E Espacial 45
Trigonometria 60
Equações De 1º E 2º Graus; Inequações De 1º E 2º Graus; Funções De 1º E 2º Graus 69
Geometria Analítica 86
Matrizes, Determinantes E Sistemas Lineares 96
POLINÔMIOS 107
Questões 110
Gabarito 117

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

ÉTICA E QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética: Ética e moral; Os valores, a ética e a lei 2
Conduta ética; Ética profissional 7
Ética e responsabilidade social 9
Qualidade no atendimento ao público: Comunicabilidade, apresentação, atenção, cortesia, interesse, presteza, eficiência, tolerância, discrição, conduta e objetividade; Comunicação e relações públicas 10
Gestão da qualidade: Qualidade em prestação de serviços: as dimensões da qualidade pessoal e profissional; Fatores determinantes da qualidade; Normatização técnica e qualidade 15
Trabalho em equipe: Personalidade e relacionamento; Eficácia no comportamento interpessoal; Comportamento receptivo e defensivo, empatia e compreensão mútua; Relação entre clientes e fornecedores internos 21
Questões 29
GABARITO 35

LEGISLAÇÃO

Lei Estadual nº 5.810/1994 - dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará 2
Lei Estadual nº 6.304, de 6 de julho de 2000 48
Lei Estadual nº 9.341, de 11 de novembro de 2021 51
Questões 62
Gabarito 67

POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA

Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200 2
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências 5
Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 24
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências 31
Portaria MS/GM nº 2.048 de 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS) 32

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Portaria de Consolidação nº 2/2017 - Anexo 1 do Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica – Operacionalização 33
Atualidades sobre Saúde Pública 44
Questões 50
Gabarito 57

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; Configurações da Questão Social na contemporaneidade e Serviço Social 1
Estado, Políticas Públicas e Direitos Sociais no Brasil 5
As transformações no mundo do trabalho e as demandas para o Serviço Social 9
Serviço Social e vTrabalho 13
Instrumentalidade e os distintos espaços sócio-ocupacionais 17
A Seguridade Social brasileira: fundamentos históricos e tendências atuais 20
Organização e gestão das Políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social 24
Fundamentos éticos do Serviço Social e o Projeto Ético-Político do Serviço Social 27
O Código de Ética profissional do Assistente Social 31
Regulamentação do exercício profissional - Lei nº 8.662/1993 40
Sistema Único de Assistência Social 44
Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/1993 51
Leis Orgânicas do Sistema Único de Saúde (SUS) 69
As redes de Atenção à Saúde: fundamentos; conceitos e elementos constitutivos 69
Controle social na saúde 72
Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde 76
Política Nacional de Humanização do SUS 79
Estatuto da Criança e do adolescente (Lei nº 8.069/90) 87
Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) 157
Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) 177
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) 190
Questões 222
Gabarito 228

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos do Raciocínio Regressivo

O raciocínio regressivo constitui um método de resolução de problemas em que o valor procurado ocupa a posição inicial de uma sequência de transformações, sendo o resultado final o único dado explicitamente fornecido pelo enunciado. Diferentemente do problema direto, no qual se parte de um valor conhecido e se aplicam operações sucessivas até obter uma resposta, o problema regressivo exige a reconstrução do caminho percorrido a partir do efeito observado até a causa original. Essa inversão de perspectiva impõe uma exigência lógica específica: cada operação aplicada ao número desconhecido precisa ser identificada com precisão, pois será ela, e não uma operação arbitrária, que determinará qual operação inversa deverá ser executada durante a reconstrução do valor de partida.

A Distinção entre Problema Direto e Problema Inverso

Um problema é dito direto quando a grandeza inicial é conhecida e a sequência de operações leva a um resultado que se deseja calcular a partir dela. Um problema é dito inverso, ou regressivo, quando a grandeza final é conhecida e a incógnita ocupa a posição de ponto de partida da cadeia de transformações. Essa diferença não é meramente formal: ela impõe uma mudança completa na estratégia de resolução, pois não é possível substituir valores diretamente na expressão original sem antes isolar a incógnita por meio de operações inversas, aplicadas em ordem contrária à da formulação original do problema.

Operações e suas Inversas

Toda operação aritmética elementar possui uma operação inversa que desfaz seu efeito sobre um número: a adição é desfeita pela subtração da mesma parcela, a subtração é desfeita pela adição da mesma parcela, a multiplicação por um fator não nulo é desfeita pela divisão pelo mesmo fator, e a divisão é desfeita pela multiplicação pelo mesmo divisor. A potenciação de expoente natural é desfeita pela radiciação de índice correspondente, e a radiciação, por sua vez, é desfeita pela potenciação de expoente igual ao índice da raiz. Essa correspondência biunívoca entre operação e operação inversa constitui o instrumento fundamental de qualquer procedimento de reversão, pois garante que, ao aplicar a operação inversa correta sobre o resultado de uma transformação, obtém-se exatamente o valor anterior a essa transformação, sem ambiguidade quanto ao caminho percorrido.

Identificação da Cadeia Operacional

Antes de iniciar qualquer reversão, é necessário identificar com exatidão a sequência de operações aplicadas ao número desconhecido, na ordem em que efetivamente ocorreram segundo o enunciado. Um enunciado que descreve, por exemplo, que um número foi multiplicado por três e, em seguida, somado a sete, estabelece uma cadeia de duas operações em ordem determinada: primeiro a multiplicação, depois a adição. A leitura cuidadosa dessa ordem é indispensável, pois a reversão deverá percorrer exatamente o caminho oposto, começando pela operação executada por último no problema original e terminando pela operação executada em primeiro lugar.

Estrutura Lógica da Regressão

A estrutura lógica que sustenta o método regressivo apoia-se em um princípio simples, mas rigoroso: inverter uma sequência de operações exige inverter tanto a natureza de cada operação quanto a ordem em que elas são desfeitas. Ignorar qualquer um desses dois aspectos compromete a validade de todo o procedimento, ainda que as operações inversas individualmente escolhidas estejam corretas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Dimensões da qualidade nos deveres dos servidores públicos

Os direitos e deveres dos servidores públicos estão descritos na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Entre os deveres (art. 116), há dois que se encaixamno paradigma do atendimentoe do relacionamento que tem como foco principal o usuário.

São eles:

- "atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas" e
- "tratar com urbanidade as pessoas".

Presteza e urbanidade nem sempre são fáceis de avaliar, uma vez que não têm o mesmo sentido para todas as pessoas, como demonstram as situações descritas a seguir.

- Serviços realizados em dois dias úteis, por exemplo, podem não corresponder às reais necessidades dos usuários quanto ao prazo.
- Um atendimento cortês não significa oferecer ao usuário aquilo que não se pode cumprir. Para minimizar as diferentes interpretações para esses procedimentos, uma das opções é a utilização do bom senso:
- Quanto à presteza, o estabelecimento de prazos para a entrega dos serviços tanto para os usuários internos quanto para os externos pode ajudar a resolver algumas questões.
- Quanto à urbanidade, é conveniente que a organização inclua tal valor entre aqueles que devem ser potencializados nos setores em que os profissionais que ali atuam ainda não se conscientizaram sobre a importância desse dever.

Não é à toa que as organizações estão exigindo habilidades intelectuais e comportamentais dos seus profissionais, além de apurada determinação estratégica. Entre outros requisitos, essas habilidades incluem:

- atualização constante;
- soluções inovadoras em resposta à velocidade das mudanças;
- decisões criativas, diferenciadas e rápidas;
- flexibilidade para mudar hábitos de trabalho;
- liderança e aptidão para manter relações pessoais e profissionais;
- habilidade para lidar com os usuários internos e externos.

Encerramos esse tópico com o trecho de um texto de Andrés Sanz Mulas:

"Para desenhar uma ética das Administrações seria necessário realizar as seguintes tarefas, entre outras:

- Definir claramente qual é o fim específico pelo qual se cobra a legitimidade social;
- Determinar os meios adequados para alcançar esse fim e quais valores é preciso incorporar para alcançá-lo;
- Descobrir que hábitos a organização deve adquirir em seu conjunto e os membros que a compõem para incorporar esses valores e gerar, assim, um caráter que permita tomar decisões acertadamente em relação à meta eleita;
- Ter em conta os valores da moral cívica da sociedade em que se está imerso;
- Conhecer quais são os direitos que a sociedade reconhece às pessoas."

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI Nº 5.810, DE 24 DE JANEIRO DE 1994 DOE Nº 27.642, DE 24/01/1994

Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicasdo Estado do Pará.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei institui o Regime Jurídico Único e define os direitos, deveres, garantias e vantagens dos Servidores Públicos Civis do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas.

Parágrafo único. As suas disposições aplicam-se aos servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

Art. 2º Para os fins desta lei:

I- servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II- cargo público é o criado por lei, com denominação própria, quantitativo e vencimento certos, com o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;

III- categoria funcional é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho;

IV- grupo ocupacional é o conjunto de categorias funcionais da mesma natureza, escalonadas segundo a escolaridade, o nível de complexidade e o grau de responsabilidade;

Parágrafo único. Os cargos públicos serão acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos do art. 17, desta lei.

Art. 3º É vedado cometer ao servidor atribuições e responsabilidades diversas das inerentes ao seu cargo, exceto participação assentida em órgão colegiado e em comissões legais.

Art. 4º Os cargos referentes a profissões regulamentadas serão providos unicamente por quem satisfizer os requisitos legais respectivos.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO, DO EXERCÍCIO, DA CARREIRA E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

Art. 5º Os cargos públicos serão providos por:

I- nomeação;

II- promoção;

III- reintegração;

IV- transferência;

V- reversão;

VI- aproveitamento;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II
DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:(Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.(Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

O Contexto de Surgimento da Profissão

O Serviço Social emerge como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista, momento em que o Estado passa a intervir de maneira mais sistemática sobre as expressões da desigualdade social produzidas pela relação capital-trabalho. Essa intervenção estatal, articulada também com a Igreja Católica e com frações da burguesia industrial, buscava responder às tensões geradas pela pauperização da classe trabalhadora sem alterar a estrutura de propriedade dos meios de produção. A profissão não nasce, portanto, de um simples desdobramento das práticas filantrópicas anteriores, ainda que delas herde procedimentos e uma cultura assistencial, mas de uma nova forma de gestão da força de trabalho e da vida social urbana, marcada pela industrialização acelerada e pelo agravamento das condições de moradia, saúde e trabalho nas grandes cidades.

A Matriz Conservadora de Origem

A gênese da profissão esteve fortemente marcada pela matriz conservadora do pensamento social católico, especialmente pela Doutrina Social da Igreja, que buscava conciliar as classes sociais em torno de valores como a caridade, a ordem e a harmonia social, rejeitando tanto o liberalismo econômico quanto o socialismo revolucionário. As primeiras escolas de Serviço Social, fundadas na Europa e posteriormente na América Latina, formavam profissionais para atuar como agentes de ajustamento social, orientando famílias operárias para práticas consideradas higienicamente e moralmente adequadas. Essa herança inicial explica por que, por décadas, a prática profissional esteve associada a uma intervenção pontual, psicologizante e individualizadora sobre os sujeitos atendidos, deslocando a origem estrutural dos problemas sociais para o plano do comportamento individual ou familiar.

A Profissionalização no Brasil

No Brasil, o processo de profissionalização do Serviço Social se consolida nas décadas de 1930 e 1940, período de intensa urbanização, industrialização e organização da classe trabalhadora, associado à criação de aparatos estatais de proteção social como a legislação trabalhista e previdenciária. A primeira escola de Serviço Social do país, criada em São Paulo em 1936, refletia diretamente a influência franco-belga e o ideário católico conservador, formando assistentes sociais para atuar junto a famílias operárias, em instituições de assistência e em órgãos públicos em formação. A expansão da profissão no território nacional acompanhou a criação de instituições como o Serviço Social da Indústria e a Legião Brasileira de Assistência, consolidando um campo de atuação profissional vinculado tanto ao Estado quanto ao empresariado.

Do Conservadorismo à Emergência do Movimento de Reconceituação

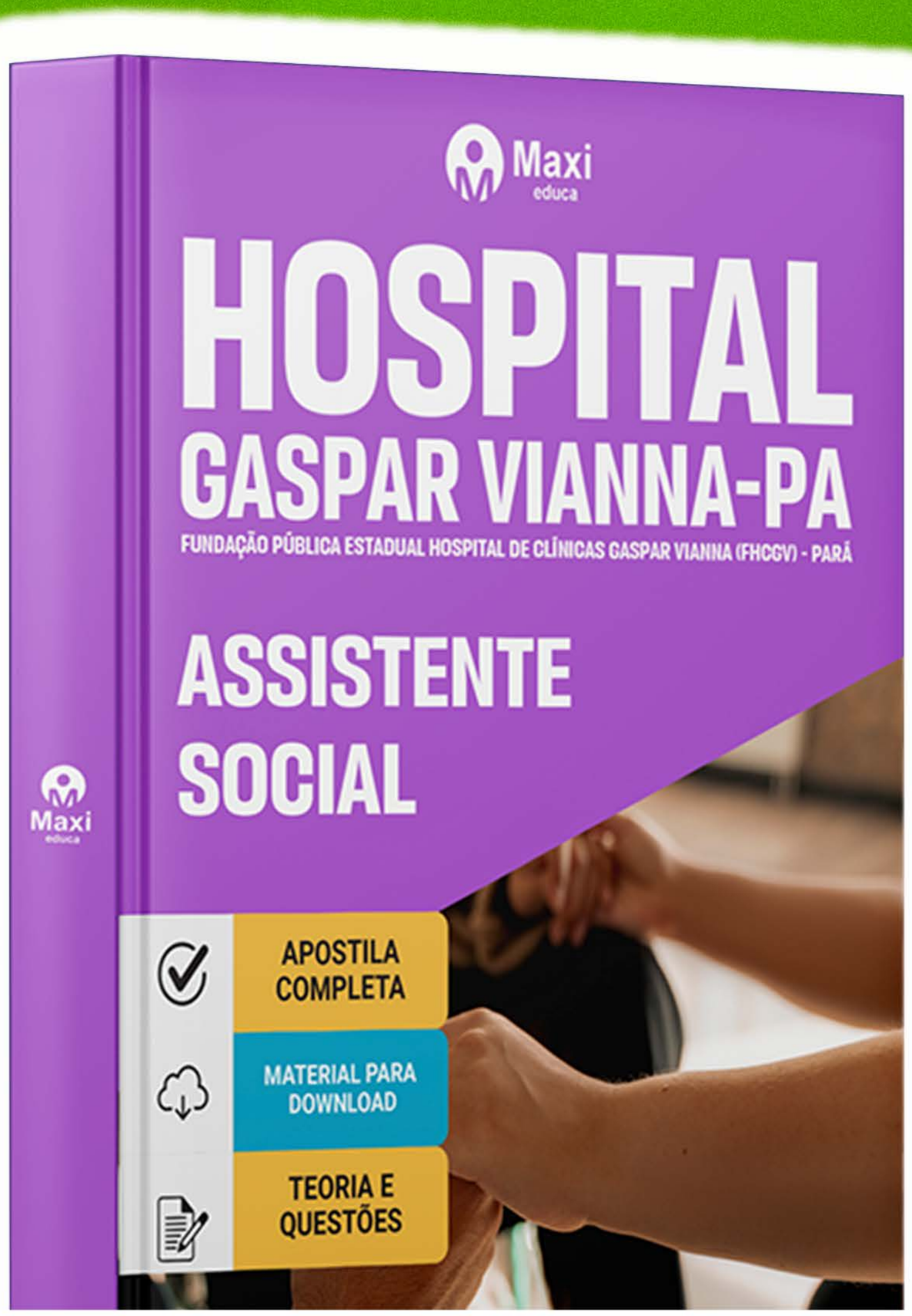
As Contradições da Prática Tradicional

Ao longo das décadas seguintes, a prática profissional foi paulatinamente revelando suas contradições internas: por um lado, atuava como instrumento de controle social e reprodução da ordem estabelecida; por outro, colocava os profissionais em contato direto e cotidiano com as expressões mais agudas da desigualdade, o que gerava inquietações teóricas e políticas. Essas contradições se intensificaram no contexto latino-americano das décadas de 1960 e 1970, marcado por regimes autoritários, movimentos de contestação social e pela influência das teorias críticas de matriz marxista nas ciências sociais.

O Movimento de Reconceituação

O Movimento de Reconceituação, iniciado no início da década de 1960 e desenvolvido intensamente até meados dos anos 1970, representa o primeiro grande esforço coletivo de ruptura com as bases conservadoras da profissão. Profissionais e estudantes de diversos países latino-americanos passaram a questionar os

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!